



MOBILIDADE RESIDENCIAL E AS NOVAS DINÂMICAS FAMILIARES NO BRASIL¹

Ednelson Mariano Dota²
Cimar Alejandro Prieto Aparicio³

RESUMO

A dinâmica das famílias pode ser um aspecto determinante para processos sociais, econômicos e espaciais relacionados à mobilidade residencial e a produção do espaço urbano. A literatura indica que as mudanças nas famílias tiveram efeitos sobre a morfologia espacial dos diferentes tipos de arranjos familiares nos territórios metropolitanos brasileiros na década de 2000, como a expansão de arranjos unipessoais e de casais sem filhos em áreas centrais das metrópoles. Neste trabalho, mostramos que há evidente relação entre a mobilidade residencial, os arranjos domiciliares e os municípios de origem e destino dos fluxos migratórios, a partir dos processos de produção do espaço, destacando o debate sobre as mudanças na família como elemento a ser aprofundado nos estudos de mobilidade residencial nas grandes aglomerações urbanas.

Palavras-chave: família, estrutura urbana, migração, região metropolitana.

ABSTRACT

The dynamics of families can be a determining aspect for social, economic and spatial processes related to residential mobility and production of urban space. The literature indicates that changes in families had effects on the spatial morphology of different types of family arrangements in Brazilian metropolitan territories in the 2000s such as the expansion of single-person arrangements and childless couples in central areas of the urban spaces. In this paper, we show that there is an evident relationship between residential mobility, household arrangements and the municipalities of origin and destination of migratory flows, based on the space production processes, with emphasis the debate on changes in the family as an element to be deepened in the residential mobility studies in large urban agglomerations.

Key-words: family, urban structure, migration, metropolitan region.

¹Este artigo é resultado parcial do projeto de pesquisa “Dinâmica demográfica familiar e padrão migratório no Brasil: transformações desde os anos 1990” (CAPES/SNF). As opiniões, hipóteses e conclusões são de responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a visão da CAPES.

²Professor do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo. ednelson.dota@ufes.br

³Pesquisador PNPd/CAPES do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo. cimar.aparicio@gmail.com



INTRODUÇÃO

O Brasil viveu intensos fluxos migratórios internos no século XX, colocando a atual configuração espacial da população brasileira como resultado direto desses movimentos acumulados ao longo das décadas. Diferentes movimentos foram observados, com localidades perdendo e outras concentrando população, e as famílias se mobilizando, separando-se ou reunindo-se, na origem, no destino e nos entremeios, em busca de melhores condições em contextos nem sempre bem conhecidos.

A dinâmica familiar faz parte de uma gama de elementos que interagem na conformação dos condicionantes para migrar. A migração, como defendem Courgeau e Lelièvre (2006), só pode ser compreendida se considerada a experiência passada e as circunstâncias presentes da família, do trabalho e da vida cotidiana. A complexidade do fenômeno migratório é bem conhecida e resulta do fato de ser parte das transformações vividas pela sociedade, necessitando de abordagens que congreguem conjuntamente os elementos em nível individual e familiar com aqueles do contexto conjuntural e estrutural (MASSEY, 1990) para vencer as limitações analíticas de abordagens teóricas clássicas.

Há proposições, como a apresentada por Haas (2010), que consideram a família como elemento central na análise da migração, a partir do entendimento de que é uma instituição social que congrega, ao mesmo tempo, o impacto dos elementos estruturais e conjunturais, de um lado, e dos elementos individuais e subjetivos (agência), de outro. Essa proposição, segundo o autor, permite fugir de algumas limitações de abordagens teóricas clássicas, especialmente a neoclássica e a histórico-estrutural, focadas em um ou outro nível de análise dos condicionantes da migração.

Este artigo trata da perspectiva de que é necessário considerar as mudanças na família como elemento de influência para a migração. A composição e o tamanho médio das famílias brasileiras têm se modificado nas últimas décadas, e as influências dessas modificações vão além das próprias relações intra e extradomiciliares, já que, apesar da relativa homogeneização dessa dinâmica, há ainda diferenças na composição das



famílias, que também aparecem espacialmente representadas (APARICIO; FARIA, 2019), sobretudo nas grandes aglomerações em que as desigualdades são social e espacialmente marcadas.

Esse artigo tem como objetivo iniciar uma reflexão sobre quais as possíveis influências que as modificações na dinâmica da família brasileira podem exercer sobre a migração interna. No âmbito da migração, o foco se dará na mobilidade residencial, que são movimentos locais, intensos nas grandes aglomerações, fortemente relacionados com a dinâmica habitacional e do mercado de trabalho. Quanto à população migrante, serão analisadas comparativamente os grupos extremos na distribuição de renda, tanto em termos de composição de famílias e domicílios, como também em relação a origens e destinos do movimento migratório.

Após esta introdução, a primeira seção do trabalho apresenta a metodologia de tratamento dos dados do Censo Demográfico de 2010; a segunda seção discute o referencial teórico; a terceira seção apresenta a discussão dos resultados e, ao final, são apresentadas as considerações finais e as referências.

ELEMENTOS METODOLÓGICOS

Em termos metodológicos, os migrantes responsáveis pelo domicílio foram separados em quartis (Q1 a Q4), a partir da variável rendimento domiciliar *per capita*. Os quartis separam os migrantes em quatro grupos iguais, considerando como elemento divisor a renda, conforme Quadro 1.

Quadro 1. Valor do rendimento domiciliar *per capita* de separação dos responsáveis migrantes intrametropolitanos. RMGV, 2010.

Grupo (%)	Rendimento domiciliar <i>per capita</i>
Q1	Até 374,00
Q2	De 374,01 a 764,00
Q3	De 764,01 a 1.640,00
Q4	Mais de 1.640,01



Nota: elaborado pelos autores.

O recorte espacial selecionado para esta análise foram os municípios da Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV), ou seja, os migrantes analisados nesse artigo foram aqueles que trocaram de município dentro da RMGV no período 2005-2010.

A RMGV é composta por sete municípios (Cariacica, Fundão, Guarapari, Serra, Viana, Vila Velha e a capital Vitória) e apresenta conurbação apenas nos eixos principais, no encontro entre Vitória-Cariacica-Vila Velha-Serra, além de Cariacica-Viana. Em 2010 abrigava aproximadamente 48% da população do Espírito Santo, sendo Serra e Vila Velha os municípios com maior população, seguido pela capital Vitória.

MOBILIDADE RESIDENCIAL E FAMÍLIA: ENTRE ESTRUTURA E AGÊNCIA

As mudanças na migração interna brasileira desde os anos 1980 têm sido intensas (PACHECO; PATARRA, 1998; CUNHA; BAENINGER, 2007; CUNHA, 2015) e permitiram comprovar algumas hipóteses e refutar outras. Uma das principais mudanças está ligada à maior importância dos movimentos entre áreas urbanas, com a intensificação das modalidades migratórias intrarregional e intraestadual em detrimento dos movimentos de longa distância (BAENINGER, 2012).

Dentre os elementos estruturais comumente associados a essas transformações são citadas a desconcentração da atividade econômica e a reestruturação produtiva (BAENINGER, 2012), os processos de metropolização e expansão urbana (LENCIONI, 2003), as modificações nas hierarquias entre centros urbanos (LOBO; CARDOSO; MATOS, 2016), os investimentos públicos e a flexibilização das políticas de educação (SOARES, 2020; FUSCO; OJIMA, 2017). Além destes, no contexto das aglomerações urbanas e dos movimentos de curta distância, aparecem também os investimentos imobiliários e os novos produtos habitacionais (DOTA, 2015; CUNHA, 2018), que modificam parcelas do território, mas têm seus impactos relativos irradiados por extensas porções, modificando o equilíbrio da totalidade socioespacial (SANTOS; SILVEIRA, 2001).



Nas grandes aglomerações urbanas, a mobilidade residencial e a migração intrametropolitana ganham evidência, já que os condicionantes desses movimentos se diferenciam consideravelmente quando comparados a movimentos de média e longa distância. Da mesma maneira, as características sociodemográficas dos migrantes também apresentam-se amplamente diferenciadas, evidenciando movimentos fortemente relacionados ao mercado habitacional e às suas desigualdades socioespaciais (CUNHA, 1994; 2018; DOTA, 2015).

O peso da habitação enquanto condicionante para a mobilidade residencial ressalta a família como instituição central para a compreensão dos movimentos, já que a habitação também é parte central para a dinâmica cotidiana da mesma: se, de um lado, os elementos estruturais – localização, preço médio de compra e/ou aluguel, facilidade para obtenção de crédito, proximidade do mercado de trabalho, custo de vida, acessibilidade, etc. – são vistos como fatores que explicam a origem/destino dos deslocamentos a partir da produção do espaço (DOTA, 2015), por outro, elementos como o nível de renda familiar, a estrutura de sexo e idade e o ciclo de vida familiar estão diretamente ligados à motivação de migrar, colocando a família como unidade de sustentação do processo migratório (BILAC, 1995).

Partindo desta compreensão, mostra-se plausível a hipótese de que mudanças nas famílias e na composição dos domicílios, como observadas ao longo das últimas décadas, impactem também os movimentos de curta distância fortemente relacionados a ela, como a mobilidade residencial. É nesse sentido que a reflexão sobre a família enquanto espaço de tomada de decisão mostra-se fundamental para compreender as transformações da mobilidade residencial para além das mudanças exclusivas do espaço urbano.

Para além desse espaço de tomada de decisão em relação aos movimentos, os próprios eventos mostram-se relevantes. Courgeau e Lelièvre (2006) afirmam que os eventos familiares estão fortemente relacionados à migração: o período de formação da família e do domicílio, o nascimento do primeiro filho, a saída dos filhos de casa e a dissolução do casamento, pelo divórcio ou pela viuvez, integram um conjunto maior de questões socioeconômicas analisadas a partir do ciclo de vida familiar. No mesmo sentido, Bernard et al.(2014) mostram como os eventos ao longo do curso de vida são



relevantes para a dinâmica migratória dos indivíduos e, dentre esses eventos, a entrada numa união, a primeira gravidez e a própria dissolução do casamento aparecem como elementos importantes.

Além destes, quem e em que condições trabalham, os papéis desempenhados pelos membros dessa família (PERES, 2014) também aparecem como elementos explicativos, sendo as mudanças na família um elemento transformador dessas relações.

Dinâmica das famílias

As mudanças na estrutura familiar brasileira metropolitana nas últimas décadas relacionam-se com os processos socioeconômicos decorrentes da transição da fecundidade e do aumento da longevidade. Ainda que predominante, há uma progressiva diminuição dos arranjos formados por casais com filhos e uma maior presença de outras configurações familiares (WAJNMAN, 2012).

Em particular, há um avanço da baixa fecundidade nas áreas urbanas. Nota-se que a fecundidade abaixo do nível de reposição é uma realidade nas principais regiões metropolitanas. As transformações na nupcialidade, com o adiamento da idade média ao casar também reforçam esta tendência de aumento da idade média da fecundidade a partir dos anos 2000 (WONG; BONIFÁCIO, 2008). Como resultado deste contexto da fecundidade e da nupcialidade, existe uma tendência de diminuição do tamanho médio do domicílio nessas regiões e de transformações na morfologia espacial dos diferentes tipos de arranjos familiares nos territórios metropolitanos, o que foi observado na Região Metropolitana de São Paulo na década de 2000 (NAKANO, 2015; BECCENERI; BRUSSE; APARICIO, 2021). Ao se estudar essa morfologia a partir dos Censos Demográficos de 2010 e de pesquisas empíricas de políticas habitacionais, o que se nota nas principais regiões metropolitanas do país é uma relação da dinâmica de formação dos domicílios com as fases do ciclo de vida familiar, inclusive com diferenciações relevantes nas metrópoles, como a constatação de frequência relativamente maior de arranjos de casais com filhos nas periferias (APARICIO; FARIAS, 2019).

Nesse sentido, Aparicio (2017) mostra como a aquisição de novas moradias de habitação de interesse social nas duas maiores regiões metropolitanas do Estado de São



Paulo é feita predominantemente por arranjos familiares com pessoas de referência relativamente jovens, formados em primeiro lugar por casais com filhos e, em segundo lugar, casais sem filhos. Os casais com filhos localizam-se com maior frequência em áreas mais distantes dos centros urbanos metropolitanos (APARICIO, 2017) enquanto, ao mesmo tempo, nas áreas centrais do município de São Paulo são mais frequentes os arranjos domiciliares unipessoais e de casais sem filhos (BECCENERI; BRUSSE; APARICIO, 2021). Para os domicílios localizados nas áreas centrais das metrópoles, é possível que uma parte dos casais sem filhos optam por adiar a fecundidade, realizando-a à medida que avançam na vida acadêmica e profissional. Além disso, o fenômeno de pessoas sós por motivos profissionais e/ou adiamento do casamento e da decisão de ter filhos por parte de mulheres que preferem se consolidar no mercado de trabalho antes da maternidade também pode estar mais presente nas centralidades. Isso denota claramente uma dinâmica espacial heterogênea para as famílias, associada a diferentes processos de produção do espaço: por um lado, a revalorização de centralidades e áreas com infraestrutura urbana consolidada e, por outro, a expansão urbana para as periferias.

A família como elemento central para migração

Diante do exposto, as atuais dinâmicas familiares e migratórias derivam das transformações estruturais vivenciadas pela sociedade brasileira, ao mesmo tempo em que absorvem no nível individual as vontades e interesses socialmente construídos (agência), tanto nas escolhas que moldam a família quanto na decisão por migrar ou permanecer. Haas (2010) ressalta a necessidade de evitar a linearidade nas análises de migração, pois a complexidade da sociedade contemporânea e dos movimentos migratórios não permite afirmar que o resultado dos movimentos - tanto para as pessoas como para os lugares - serão sempre os mesmos. A heterogeneidade social das grandes aglomerações brasileiras faz com que, mesmo em contextos semelhantes, os resultados encontrados em uma localidade ou grupo social possam ser distintos daquele verificado em outra.

As heterogeneidades das condições urbanas, entretanto, resultam de um mesmo processo de urbanização rápida e desigual vivenciado pelo país na segunda metade do século XX (MARTINE; MCGRANAHAM, 2010), e tem marcas semelhantes em todas



as partes do Brasil. Da mesma forma, partimos da compreensão de que a agência em relação a família e migração advém do contexto socialmente construído, como proposto por Carling e Collins (2018), ou seja, da participação do indivíduo na sociedade, e não como vontade individual descolada da realidade social.

A migração nas áreas urbanas encontra-se em um contexto muito específico. Dado que a urbanização brasileira está em fase avançada, os movimentos migratórios de curta distância para estas e dentro destas regiões tornaram-se predominantes e, como apontado por Cunha (1994; 2018), Dota (2015) e Faria (2018), os movimentos locais estão fortemente ligados à dinâmica habitacional.

Nesse contexto, alguns trabalhos (FARIAS, 2018; BECCENERI; BRUSSE; APARICIO, 2021) colocam a hipótese de que existe uma associação empírica entre ciclo de vida e a localização dos arranjos familiares no espaço metropolitano. Em outros contextos, as relações entre o momento do ciclo vital e a mobilidade residencial, com destaque para diferentes composições locais já foram identificadas, como mostra Roseman (1971), mas no contexto urbano brasileiro há carência dessas reflexões.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Considerando a distribuição dos arranjos domiciliares na RMGV por classes de renda domiciliar per capita em termos de salário mínimo de 2010, nota-se que para os “demais arranjos” há uma maior frequência relativa de famílias de baixa renda (Tabela 1). Estas famílias são formadas, de modo preponderante, pelos arranjos monoparentais e as famílias estendidas. Diferentemente, entre os domicílios unipessoais e os casais sem filhos há um maior peso para estratos socioeconômicos de renda mais elevada.



Tabela 1. Distribuição dos domicílios por tipo de arranjo domiciliar segundo classes de renda domiciliar *per capita*. RMGV, 2010.

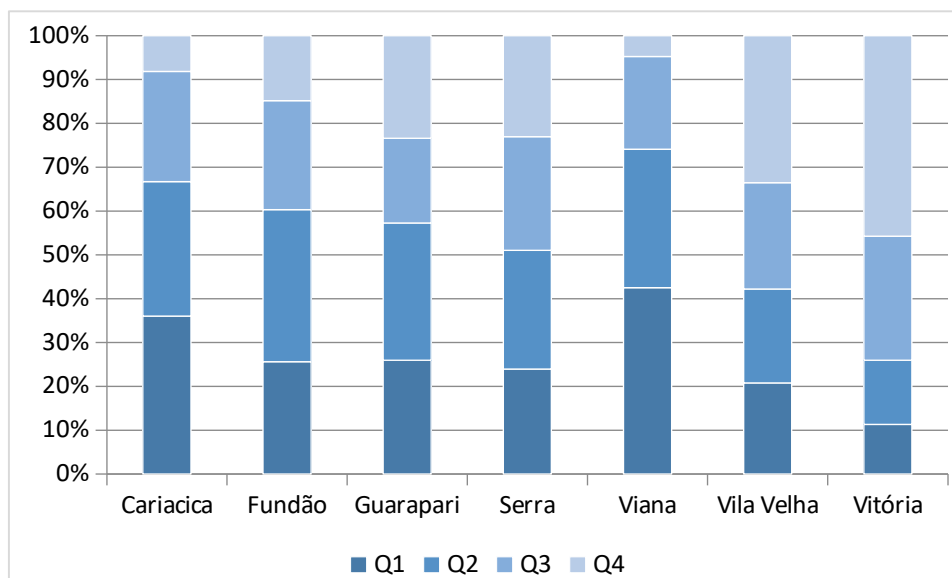
Tipo de arranjo domiciliar	Unipessoal		Casal sem filhos		Casal com filhos		Demais arranjos	
	Abs.	Rel.	Abs.	Rel.	Abs.	Rel.	Abs.	Rel.
Classes de rendimento familiar <i>per capita</i>	Frequência							
Até 1/2 salário mínimo	7592	11.3	8265	9.8	45350	20.2	38421	25.2
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	13692	20.4	14888	17.7	64202	28.6	40961	26.9
Mais de 1 a 2 salários mínimos	18487	27.6	26239	31.1	58036	25.8	39782	26.1
Mais de 2 a 3 salários mínimos	8085	12.1	11869	14.1	21203	9.4	13345	8.8
Mais de 3 a 5 salários mínimos	7459	11.1	9997	11.9	18345	8.2	11272	7.4
Mais de 5 salários mínimos	11742	17.5	12987	15.4	17729	7.9	8559	5.6
TOTAL	67057	100.0	84245	100.0	224865	100.0	152340	100.0

Fonte: IBGE. Amostra do Censo Demográfico de 2010.

Como mostrado por Dota e Ferreira (2019), a migração tem sido um importante fenômeno para a compreensão das desigualdades intrametropolitanas na RMGV. As diferenças estruturais entre os municípios, com Vitória sem espaço para expansão urbana, em crescente valorização e o fortalecimento de eixos de expansão urbana primários em Vila Velha, Serra e Cariacica, todos como extensão da capital, além de um eixo secundário em Viana, a partir de Cariacica, tem gerado intensas transformações na dinâmica socioespacial da RMGV.

Essa diferenciação socioespacial está fortemente relacionada às trocas migratórias intrametropolitanas, com movimentos entre os municípios da RMGV com população claramente diferenciada em termos de escolaridade e renda média. O Gráfico 1 evidencia essas diferenças quando mostra a espacialização da população de migrantes intrametropolitanos segundo a análise dos quartis, principalmente o Q1 (25% com menor renda) e o Q4 (25% com maior renda).

Gráfico 1. Município de residência do responsável pelo domicílio migrante intrametropolitano segundo quartis do rendimento domiciliar per capita. Municípios da RMGV, 2010.



Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 2010.

No gráfico, é perceptível como Vitória se diferencia dos demais, com grande proporção (44%) de migrantes responsável pelo domicílio no quarto quartil de renda e 12% no primeiro quartil. No outro extremo, Viana tem 42% da população migrante no primeiro, e apenas 5% no quarto.

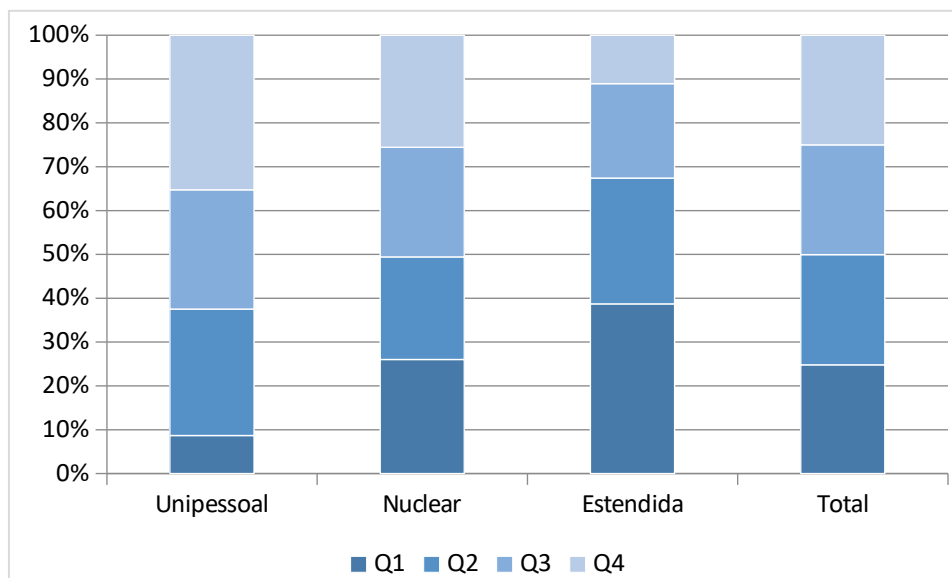
Os municípios mais dinâmicos quanto a migração intrametropolitana, entretanto, apresentavam concentração mais equilibrada: Serra apresentava população migrante bem distribuída entre os quatro quartis, enquanto Vila Velha apresenta dados mais próximos ao município de Vitória, e Cariacica mais próximo a Viana, como seria de se esperar frente a relação estabelecida entre os dois municípios. Esses resultados corroboram aqueles encontrados em outras pesquisas (CUNHA, 1994; 2018; DOTA, 2015; FARIA, 2018) mostrando a clara relação entre as características socioeconômicas dos migrantes e do lugar, a partir dos eixos de expansão urbana e das oportunidades habitacionais produzidas nas diferentes porções do território metropolitano.

No Gráfico 2 constata-se que quase 40% dos domicílios com famílias estendidas enquadram-se nos 25% com menor renda (Q1). Este resultado reforça que, em muitas situações, este tipo de arranjo familiar atua como uma forma de proteção social para grupos populacionais de baixa renda e tende a ser um arranjo com predominância de



população de baixa renda. Além disso, no quartil com o maior nível de renda, é evidente a maior frequência de domicílios unipessoais.

Gráfico 2. Tipo de arranjo domiciliar do responsável pelo domicílio migrante intrametropolitano segundo quartis de renda (%). RMGV, 2010.



Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 2010.

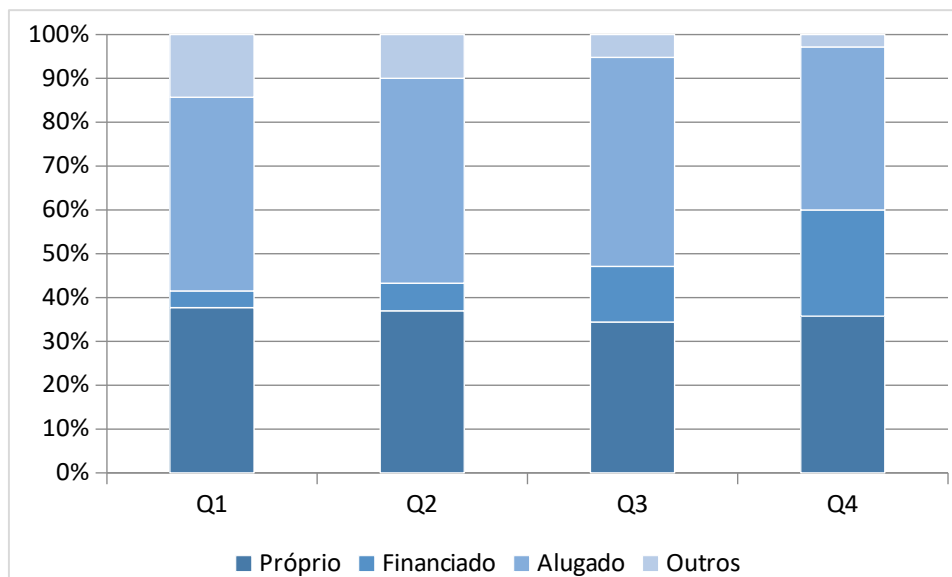
Quando se observa a condição de ocupação do domicílio, é perceptível o efeito da renda familiar. A proporção dos responsáveis pelo domicílio migrantes que são proprietários do mesmo aumenta conforme a renda, mas essa diferença no curto prazo é construída principalmente pelo acesso ao financiamento do domicílio, que é mais frequente no estrato socioeconômico com maior nível de renda. Inversamente proporcional ao aumento do financiamento, há uma redução da condição de ocupação dos domicílios na categoria “Outros”, que são os domicílios cedidos, assim como há uma evidente redução na condição de domicílios alugados para os migrantes no quarto quartil.

Por um lado, os resultados mostram que é salutar a maior frequência de domicílios cedidos para os migrantes no primeiro quartil. Por outro, a literatura de estudos urbanos e regionais aponta que desde a década de 2000 cresce a participação dos aluguéis entre as famílias em comunidades pobres, com uma suave diminuição da proporção de imóveis próprios, adquiridos frequentemente por meio de contratos de



gaveta, mas que se encareceram com a especulação imobiliária no mercado informal do solo (ABRAMO, 2009).

Gráfico 3. Condição de ocupação do domicílio do responsável pelo domicílio migrante intrametropolitano segundo quartis de renda (%). RMGV, 2010.



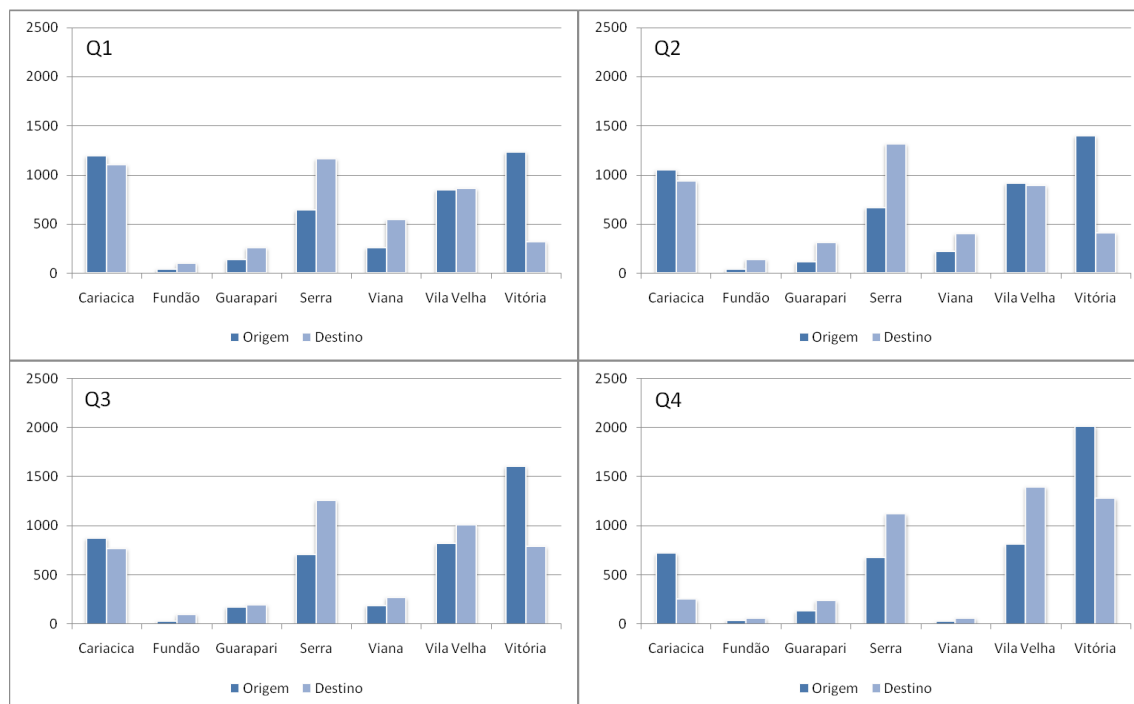
Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 2010.

Essas diferenciações aparecem fortemente marcadas no território, tendo em vista que os fluxos migratórios são fortemente heterogêneos quanto à característica dos migrantes conforme origens e destinos. Como mostra a Figura 1, os municípios diferenciam-se na importância como origem e/ou destino conforme se analisa esses movimentos segundo os quartis de rendimento. No primeiro quartil, Serra e Cariacica, seguido por Vitória, são os principais destinos migratórios, enquanto Vitória é a principal origem, seguidos pelos mesmos municípios. Cabe destacar, de todo modo, que todos os municípios aparecem como origem/destino dos fluxos, assim como para os migrantes do Q2 e Q3.

No grupo superior de renda (Q4), vemos intensa concentração dos movimentos em Vitória, Vila Velha e Serra, seguido por Cariacica. Essa concentração reforça resultados discutidos por Dota e Ferreira (2019), que mostram uma complementaridade no movimento Vitória-Vila Velha em relação à população de renda média-alta, assim

como os novos fluxos Vitória-Serra para residência nos condomínios de médio e alto-padrão construídos no município após 2000 (DOTA; FERREIRA, 2021).

Figura 1. Gráficos das origens e destinos dos responsáveis pelo domicílio migrante intrametropolitano segundo quartil de renda (%). Municípios da RMGV, 2010.



Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 2010.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados apresentados indicam forte relação entre a mobilidade residencial, a produção do espaço urbano e a dinâmica familiar na RMGV. A forma como esses elementos se interrelacionam, entretanto, ainda merece maior atenção, e os estudos de migração, família e de produção do espaço lançam luzes com potencial de guiar as análises.

A dinâmica das famílias, pelas rápidas transformações, mostra-se um elemento central para processos sociais, econômicos e espaciais relacionados à mobilidade residencial e à própria caracterização do território metropolitano.

A principal contribuição deste trabalho é a constatação de que tais mudanças se relacionam também com características dos movimentos migratórios



intrametropolitanos, em particular a mobilidade residencial de migrantes responsáveis por arranjos domiciliares estendidos. Constatam-se diferenciações entre os quartis de maior e menor nível de renda, em que possivelmente os arranjos estendidos mais pobres apresentam maior mobilidade residencial intrametropolitana devido ao avanço da especulação imobiliária nos mercados formal e informal de habitação.

Este trabalho aponta a necessidade de considerar as transformações nas famílias e sua relação com os movimentos de população e as transformações do território metropolitano, buscando refletir como essas mudanças se inter-relacionam e, principalmente, como a família pode representar um elemento chave para compreender as transformações em curso na mobilidade residencial e na própria modificação do uso e ocupação do espaço urbano das grandes aglomerações. Nesse sentido, torna-se relevante o estudo aprofundado da morfologia espacial dos arranjos domiciliares, que pode revelar como características relacionadas ao ciclo de vida das famílias e ao curso de vida de seus membros têm efeitos sobre a produção do espaço urbano e a mobilidade residencial.

Esta discussão demanda novos estudos no campo da geografia e demografia das famílias, da fecundidade e da nupcialidade, tendo em vista que são processos em andamento. Uma agenda de pesquisa que articule metodologias qualitativas e quantitativas, portanto, permitiria conhecer o que é resultado da dinâmica familiar e o que advém preponderantemente dos intensos processos urbanos e regionais.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, P. O mercado informal de solo em favelas e a mobilidade residencial dos pobres nas grandes cidades: um marco metodológico. In: __. Favela e mercado informal: a nova porta de entrada dos pobres nas cidades brasileiras. Porto Alegre: ANTAC, p.14-47, 2009.
- APARICIO, C. A. P. Habitação de interesse social no Estado de São Paulo: a heterogeneidade social da população atendida pela CDHU.232f. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2017.
- APARICIO, C. A. P.; FARIAS, L. A. C. A geografia das famílias nas metrópoles brasileiras nos anos 2000. Anais do XVI Simpósio Nacional de Geografia Urbana- XVI SIMPURB, v. 1, p. 450-466, 2019.



- BAENINGER, R. Rotatividade migratória: um novo olhar para as migrações internas no Brasil. REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana, v. 20, n. 39, p. 77-100, 2012.
- BECCENERI, L. B.; BRUSSE, G. P. L.; APARICIO, C. A. P. Uma análise espacial dos arranjos domiciliares da Região Metropolitana de São Paulo (1991-2010). Revista Brasileira de Estudos De População, 2021.
- BERNARD, A.; BELL, M.; CHARLES-EDWARDS, E. Life-course transitions and the age profile of internal migration. Population and Development Review, v. 40, n. 2, p. 213-239, 2014.
- BILAC, E. D. Família e trabalho feminino. Tese de doutorado, São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1983.
- BILAC, E. D. Gênero, família e migrações internacionais. In: SEMINÁRIO DE EMIGRAÇÃO E IMIGRAÇÃO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO. São Paulo: Programa de avaliação e acompanhamento das Migrações Internacionais, 1995.
- CARLING, J.; COLLINS, F. Aspiration, desire and drivers of migration. Journal of Ethnic and Migration Studies, v. 44, n. 6, p. 909-926, 2018.
- COURGEAU, D.; LELIÈVRE, E. Individual and social motivations for migration. na, 2006.
- CUNHA, J. M. P. Mobilidade populacional e expansão urbana: o caso da Região Metropolitana de São Paulo. Tese de doutorado, Campinas, IFCH/Unicamp, 1994.
- CUNHA, J. M. P. Dinâmica demográfica e migratória 1991-2010: realidades e mitos. In: Marques, E. (org.) A metrópole de São Paulo no século XXI: espaços, heterogeneidades e desigualdades. São Paulo: Editora UNESP, 2015, pp.107-146.
- CUNHA, J. M. P. A migração interna no Brasil nos últimos cinquenta anos:(des) continuidades e rupturas. In: ARRETCHE, M. (org.) Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos, 2015.
- CUNHA, J. M. P. (Ed.). Dinâmica demográfica e socioespacial no Brasil Metropolitano: convergências e especificidades regionais. EdUFSCar, 2018.
- CUNHA, J. M. P.; BAENINGER, R. Las migraciones internas en el Brasil Contemporáneo. Notas de Población, CEPAL/CELADE, Año XXXII, n. 82, 2007.
- DOTA, E. M. Mobilidade Residencial Intrametropolitana na RM de Campinas: uma abordagem a partir da distribuição espacial dos migrantes. Tese de doutorado, Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, 2015 (pp 221).
- DOTA, E. M.; FERREIRA, F. C. Mobilidade espacial da população e planejamento: considerações sobre a Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV). In: LYRA, A. P. R.; FERREIRA, G. L.; FERREIRA, G. A. C.; LITA, P. S.; CIDADE E METRÓPOLE. LetraCapital, 2019.
- DOTA, E. M.; FERREIRA, F. Produção imobiliária e migração em aglomerações urbanas: o caso de Serra na Região Metropolitana da Grande Vitória, Brasil. [Mímeo], 2021.
- FARIAS, L. A. C. Mobilidade populacional e produção do espaço urbano na baixada santista: um olhar sociodemográfico sobre sua trajetória nos últimos 20 anos. Tese de doutorado, Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, 2018.



- FUSCO, W.; OJIMA, R. Nordeste do Brasil: interiorização do ensino superior e mobilidade pendular. Anais, p. 1-8, 2017.
- HAAS, H. de. Migration and development: A theoretical perspective. *International migration review*, v. 44, n. 1, p. 227-264, 2010.
- LENCIONI, S. A emergência de um novo fato urbano de caráter metropolitano em São Paulo. A particularidade de seu conteúdo socioespacial, seus limites regionais e sua interpretação teórica. Anais do X Encontro Nacional da ANPUR. Belo Horizonte – MG, 2003.
- LOBO, C.; CARDOSO, L.; MATOS, R. Mobilidade pendular e centralidade espacial da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Anais, p. 1-22, 2016.
- MARTINE, G.; MCGRANAHAN, G. A transição urbana brasileira: trajetória, dificuldades e lições aprendidas. In: BAENINGER, Rosana (Org.). *População e Cidades: subsídios para o planejamento e para as políticas sociais*. Campinas: Núcleo de Estudos de População (NEPO), Unicamp, 2010.
- MASSEY, D. S. Social Structure, Household Strategies, and the Cumulative Causation of Migration. *Population Index*, v. 56, n. 1, spring/1996, 1990.
- NAKANO, A. K. Elementos demográficos sobre a densidade urbana: São Paulo, uma cidade oca? Tese de doutorado. IFCH/UNICAMP. Campinas, 2015.
- PACHECO, C. A.; PATARRA, N. L. “Movimentos migratórios anos 80: novos padrões?”. In: Encontro Nacional sobre Migração, 1998. Anais...Curitiba: Abep/Ipardes, 1998.
- PERES, R. G. “O que importa é o que acontece com a sua família”: um diálogo entre família e migração. *PerCursos*, 15(28), 2014.
- ROSEMAN, Curtis C. Migration as a spatial and temporal process. *Annals of the Association of American Geographers*, v. 61, n. 3, p. 589-598, 1971.
- SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. São Paulo, Editora Record, 2001.
- SOARES, R. S. Flexibilização da oferta do ensino superior: mobilidade espacial de estudantes e as conexões geográficas em Minas Gerais. 2020. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Minas Gerais.
- WAJNMAN, S. Demografia das famílias e dos domicílios brasileiros. Belo Horizonte, MG: UFMG/FACE, 2012.
- WONG, L. R.; BONIFÁCIO, G. M. Evidências da diminuição do tamanho das coortes brasileiras.”. In Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2008, Caxambu. Anais do XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Belo Horizonte: ABEP, 2008.